



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 466 - 06/07 a 10/07/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do Novo Caged/MTE

Destaque da Semana

[Presidente da República indica desembargador do TRT-PE para o cargo de ministro do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/07/2026

O desembargador Sergio Torres Teixeira, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), foi indicado, nesta terça-feira (7), pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para ocupar a vaga de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Seu nome estava na lista tríplice definida em maio pelo TST para a vaga decorrente da aposentadoria da ministra Dora Maria da Costa. Ele será ainda sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal e, em caso de aprovação, sua indicação será submetida ao plenário do Senado.

Magistrado de carreira

O desembargador Sergio Torres Teixeira, nascido no Recife (PE), ingressou na magistratura trabalhista em 1991. Ele é bacharel em Direito e especialista em Direito Público e em Direito do Trabalho pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Em 2013, foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, do qual foi vice-presidente no biênio 2023/2025. Em 2021, atuou no TST como desembargador convocado. Desde 2022, integra o Comitê Científico da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) e, desde 2025, o Centro Nacional de Inteligência da Justiça do Trabalho (CNIJT). Recentemente, foi eleito presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho para o biênio 2027/2028.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Motorista carreteiro contaminado por covid-19 durante viagem será indenizado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/07/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma transportadora a indenizar um motorista carreteiro que contraiu covid-19 em viagem a serviço. Segundo o colegiado, a atividade envolve risco acentuado de contaminação, o que permite presumir o nexo causal entre a doença e o trabalho. O processo tramita sob sigilo de justiça.

[TST realiza primeira remessa de processos do PJe ao STF por integração entre sistemas judiciais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/07/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou, em junho, a primeira remessa de processos que tramitam no Processo Judicial Eletrônico (PJe) ao Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da integração direta entre os sistemas eletrônicos dos dois tribunais. A operação marca um avanço na modernização da tramitação processual ao eliminar a necessidade de utilização do sistema legado e-SIJ como etapa intermediária obrigatória para a remessa ao STF. A nova funcionalidade atende a uma demanda antiga de aprimoramento do PJe e foi desenvolvida pela Coordenadoria de Processo Judicial Eletrônico do TST (CPJe), com apoio técnico do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA).

[TST lança Boletim de Precedentes para facilitar consulta a recursos repetitivos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/07/2026

Acompanhar os precedentes qualificados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ficou mais simples. O Tribunal lançou, no dia 1º de julho, o [Boletim de Precedentes](#), publicação

RADAR TRABALHISTA

que reúne, de forma objetiva, as principais movimentações dos incidentes de recursos repetitivos (IRR e IRDR) e de assunção de competência (IAC), com acesso direto aos atos processuais mais relevantes.

[Empresário terá aposentadoria penhorada para pagar dívida trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/07/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho autorizou a penhora dos proventos de aposentadoria do dono da Arcoven Indústria e Comércio de Componentes de Ar Condicionado Ltda., de São Caetano do Sul (SP), para pagamento de dívida trabalhista. O colegiado aplicou ao caso a tese vinculante fixada pelo TST (Tema 75) que autoriza a penhora de aposentadoria, desde que respeitados alguns limites.

[Justiça do Trabalho amplia programas de aprendizagem e busca levar iniciativa a todos os TRTs](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/07/2026

A aprendizagem profissional é uma das principais ferramentas de combate ao trabalho infantil e de inclusão de adolescentes e jovens no mundo do trabalho. Além de incentivar essa política pública em todo o país, a Justiça do Trabalho tem buscado fortalecer sua atuação interna na área, ampliando programas de aprendizagem e criando oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade social. A expansão dessas iniciativas é uma das prioridades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no atual biênio. O objetivo é ampliar a presença da aprendizagem em todos os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), seja por meio da contratação direta de aprendizes, seja pela oferta de espaços para a formação prática de adolescentes e jovens vinculados a programas de aprendizagem profissional.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Prazo para cadastramento no NovoPAT é prorrogado](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/07/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que foi prorrogado o prazo para cadastramento no novo sistema do Programa de Alimentação do Trabalhador (NovoPAT), que estava previsto para se encerrar em 25 de julho de 2026. A nova data-limite para as inscrições será divulgada em breve e observará o prazo mínimo de 30 dias, contados a partir da publicação oficial da prorrogação.

[Saiba como acessar os canais de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 06/07/2026

Trabalhadores, empregadores e cidadãos podem utilizar os canais oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para solicitar serviços, obter informações, registrar manifestações e encaminhar denúncias relacionadas ao mundo do trabalho. Os serviços estão disponíveis por meio de plataformas digitais, atendimento telefônico e atendimento presencial.

[Mutirões de perícia médica oferecem 17,8 mil vagas neste fim de semana](#)

Ministério da Previdência Social - 09/07/2026

A Perícia Médica Federal realiza, nos próximos dias 11 e 12 de julho, mais um mutirão para atender mais de 17,8 mil pessoas, em 19 estados do país. Grande parte dos atendimentos será feita por meio de telemedicina (perícia conectada), o que deve ampliar o acesso da população à perícia médica, especialmente em regiões com escassez de peritos, reduzindo o tempo de espera e evitando que os segurados enfrentem longos deslocamentos para obter atendimento.

RADAR TRABALHISTA

[Segurado precisa manter contribuição à Previdência para não perder direito a benefícios](#)

Ministério da Previdência Social - 08/07/2026

O trabalhador que fica sem contribuir à Previdência Social por muito tempo pode não ter direito aos benefícios previdenciários, ocorrendo a chamada perda da qualidade de segurado. A manutenção da qualidade de segurado é de até 12 meses para quem deixa de exercer atividade remunerada ou após a cessação de benefícios por incapacidade e salário-maternidade. Esse prazo é acrescido de 12 meses se o segurado tiver mais de 120 contribuições sem interrupção e de mais 12 meses se receber seguro-desemprego ou tiver registro no Sistema Nacional de Emprego (Sine). O próprio salário-maternidade é considerado como tempo de contribuição.

[Encontro Nacional de Cipeiros e Cipeiras debate atuação da Cipa e segurança no trabalho](#)

Fundacentro - 10/07/2026

Em sua segunda edição, no dia 29 de julho de 2026, das 9h às 17h30, será realizado o Encontro Nacional de Cipeiros e Cipeiras, na modalidade de Educação a Distância (EaD), por meio da [plataforma Moodle](#). A atividade é destinada a cipeiros, cipeiras e demais pessoas interessadas no tema, com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos e discutir aspectos relacionados à atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e à promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Acordo fortalece ações de prevenção a acidentes do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/07/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) assinaram, na última quarta-feira (8), a renovação do acordo de cooperação técnica para ampliar o compartilhamento de dados entre as instituições e fortalecer as ações de prevenção a acidentes do trabalho. A solenidade aconteceu na sede do Ministério da Previdência Social (MPS), em Brasília. Segundo a vice-coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) do MPT, Gisela Nabuco Majela Sousa, o acordo permite que o MPT tenha acesso a dados do MPS e do INSS para atualização contínua do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, que integra a iniciativa SmartLab.

[Audiência em Recife discute empregabilidade de pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/07/2026

“A luta da população com deficiência por inclusão, apesar de antiga, segue atual. E nós sabemos que é inerente à vida digna o trabalho decente, em um ambiente acolhedor, que assegure respeito e independência”. Com essas palavras, a coordenadora regional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), Melícia Carvalho Mesel, deu início à audiência coletiva voltada à sensibilização sobre a necessidade de promover a empregabilidade das pessoas com deficiência, bem como de combater o capacitismo, que continua sendo a maior barreira.

[MPT-SC promove debate sobre mudanças climáticas e os impactos nas relações de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/07/2026

RADAR TRABALHISTA

Representantes de 20 municípios e de 20 empresas, convocados pelo Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC), participaram na quinta-feira (2) da reunião coletiva para discutir os impactos das mudanças climáticas nas relações de trabalho e as medidas necessárias para proteger a saúde e a segurança de trabalhadores e trabalhadoras diante de eventos climáticos extremos. O encontro, de forma híbrida, integra o Projeto Nacional “Impactos das Mudanças Climáticas no Meio Ambiente do Trabalho” e foi conduzido pelo coordenador regional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) no MPT-SC, procurador do Trabalho Roberto Portela Mildner.

[MPT e TRE-MT firmam acordo para fortalecer combate ao assédio nas eleições de 2026](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/07/2026

Prevenir e combater o assédio eleitoral no trabalho e o trabalho infantil nas Eleições Gerais de 2026. Esse é o objetivo do acordo de cooperação técnica firmado nesta segunda-feira (6) entre o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT) e o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT). A solenidade contou com a presença da procuradora-chefe do MPT-MT, Thaylise Campos Coleta de Souza Zaffani, e da presidente do TRE-MT, desembargadora Serly Marcondes Alves. O documento prevê a troca de informações com o objetivo de subsidiar inquéritos civis e ações judiciais voltados ao enfrentamento de condutas que caracterizem assédio eleitoral e trabalho infantil. O acordo também prevê o acesso mútuo ao Sistema Único de Denúncias (SUD) para registro das ocorrências. O MPT também se comprometeu a cooperar em ações de orientação, capacitação e campanhas institucionais.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Limites legais do uso da idade em programas de demissão](#)

Consultor Jurídico - 11/07/2026

A condenação de uma empresa ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, em razão da instituição de programa que previa o desligamento compulsório de trabalhadores a partir de determinada idade, evidencia a crescente atuação da Justiça do Trabalho no combate a práticas de etarismo e reacende o debate sobre os limites das políticas internas empresariais diante dos princípios constitucionais da dignidade, igualdade e não discriminação.

[Contestar interpretação sobre perícia não configura litigância de má-fé](#)

Consultor Jurídico - 11/07/2026

A interpretação das conclusões de um juízo sobre um laudo pericial pode ser contestada, não configurando litigância de má-fé. Com esse entendimento, a 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro acolheu o pedido de um trabalhador contra a decisão em primeira instância que havia negado tutela de urgência para recebimento de auxílio-acidente e fixado multa por litigância de má-fé.

[Crise do sindicalismo: fragmentação produtiva, individualização e potencial das ferramentas de participação coletiva](#)

Consultor Jurídico - 10/07/2026

O modelo sindical brasileiro, de unicidade, concentrado e estruturado a partir da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, foi concebido sob um paradigma industrial em que os trabalhadores estavam concentrados em um mesmo espaço físico — o chão de fábrica —, submetidos a jornadas e comandos homogêneos, e reunidos em categorias

RADAR TRABALHISTA

profissionais e econômicas relativamente estáveis e identificáveis. Esse arranjo institucional, de matriz corporativista, pressupunha a existência de um substrato fático que desapareceu e atualmente está em acelerada transformação.

[Negociação coletiva e as novas fronteiras das relações de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 08/07/2026

A centralidade da negociação coletiva nas relações de trabalho brasileiras deixou de ser apenas uma consequência da reforma trabalhista para se consolidar como uma exigência da própria dinâmica do mercado contemporâneo. A velocidade com que surgem novas formas de organização do trabalho, impulsionadas pela transformação digital, pela disseminação do trabalho remoto e pela diversificação dos modelos de contratação, tornou insuficiente a pretensão de que a legislação estatal, por si só, seja capaz de oferecer respostas adequadas para todas as situações decorrentes da realidade produtiva.

[Acidente em confraternização de empresa não gera dever de indenizar, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 07/07/2026

Um acidente sofrido por empregado durante a confraternização da empresa não gera dever de indenizar quando a participação na atividade é espontânea. Nessas situações, o caráter voluntário rompe o vínculo de subordinação necessário para caracterizar acidente de trabalho. Com base nesse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao recurso de uma consultora de vendas e manteve afastada a responsabilidade de uma companhia de telecomunicações por sua queda em uma partida de boliche.

['O Auto do Cartão de Ponto'](#)

Consultor Jurídico - 07/07/2026

RADAR TRABALHISTA

Diálogo jocoso, à moda do sertão, inspirado nos personagens de Ariano Suassuna, com ajuda de inteligência artificial. Cena única: o julgamento de uma tese, de que o artigo 74, §2º da CLT que dispensa controle de ponto para estabelecimento com até 20 empregados, na verdade, quis dizer “empresa” e, não, estabelecimento.

[Limpeza de banheiro de uso restrito não justifica adicional de insalubridade](#)

Consultor Jurídico - 07/07/2026

A higienização de banheiros coletivos, por si só, não garante o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo. Para justificar a verba, é necessário que as instalações sanitárias sejam de uso público ou coletivo de grande circulação, com a respectiva coleta de lixo. Com base nesse entendimento, a 7ª Câmara da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) deu provimento a um recurso ordinário e afastou a condenação de uma empresa terceirizada ao pagamento de adicional de insalubridade a uma trabalhadora que limpava sanitários de acesso restrito.

[Juíza nega indenização a gestante que recusou reintegração ao emprego](#)

Migalhas - 11/07/2026

A 1ª vara do Trabalho de Itaperuna/RJ julgou improcedentes os pedidos de uma ex-empregada que buscava indenização substitutiva decorrente da estabilidade gestante. Embora tenha reconhecido que a gravidez teve início durante a vigência do contrato de trabalho, a juíza do Trabalho Aline Souza Tinoco Gomes de Melo entendeu que a trabalhadora abusou do direito à garantia provisória de emprego ao permanecer em silêncio sobre a gestação, recusar a reintegração oferecida pela empresa e ajuizar ação visando apenas à indenização.

[OAB/RJ abre inscrições para vaga de desembargador no TRT-1](#)

Migalhas - 10/07/2026

RADAR TRABALHISTA

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo destinado à formação da lista sêxtupla que preencherá a vaga da advocacia no TRT -1 - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por meio do Quinto Constitucional. O prazo para inscrição vai até 6/8 e todo o procedimento será realizado exclusivamente em ambiente digital.

[TRT-3 afasta indenização a motorista por culpa exclusiva em acidente](#)

Migalhas - 10/07/2026

A 3ª turma do TRT da 3ª região manteve sentença que afastou a condenação de uma transportadora ao pagamento de indenização por danos morais a motorista envolvido em acidente de trabalho. O colegiado entendeu que o sinistro decorreu exclusivamente da conduta imprudente do empregado, que conduzia o caminhão com apenas uma das mãos enquanto fumava e trafegava acima do limite de velocidade, circunstâncias que rompem o nexo causal e afastam o dever de indenizar, mesmo em hipótese de responsabilidade objetiva do empregador.

[TRT-3 reconhece direito a horas extras em home office controlado](#)

Migalhas - 10/07/2026

A 1ª turma do TRT da 3ª região, por unanimidade, reconheceu o direito de trabalhador em home office a horas extras ao concluir que a empresa podia controlar sua jornada. Segundo o colegiado, uma ferramenta indicava quando o empregado estava online e era necessária autorização para permanecer offline, o que afastou a exceção do art. 62, III, da CLT.

[Gilmar suspende execução sobre pejetização até STF definir tese no Tema 1.389](#)

Migalhas - 09/07/2026

O ministro Gilmar Mendes, do STF, julgou procedente reclamação constitucional para suspender processo trabalhista sobre suposta fraude na contratação de pessoa jurídica

RADAR TRABALHISTA

para prestação de serviços, prática conhecida como “pejotização”, mesmo após o trânsito em julgado da questão de mérito. Para o relator, a controvérsia está abrangida pelo Tema 1.389 da repercussão geral, e a futura definição do Supremo poderá impactar a exigibilidade do título executivo formado na ação trabalhista.

[TRT-13 reconhece estabilidade gestacional após parto de natimorto](#)

Migalhas - 09/07/2026

Operadora de telemarketing que deu à luz um bebê natimorto teve reconhecido o direito à indenização substitutiva da estabilidade gestacional. A 1ª turma do TRT da 13ª região entendeu, por unanimidade, que o parto com natimorto não afasta a garantia de emprego prevista no ADCT, que se estende até cinco meses após o parto.

[“Danada”, “pantera” e foto de sereia: ofensas a colegas geram justa causa](#)

Migalhas - 08/07/26

O juiz do Trabalho João Felipe Arrigoni, da 3ª vara de São Caetano do Sul/SP, manteve a justa causa aplicada a vendedor interno por enviar, em celular corporativo, mensagens com insinuações sexuais contra colegas, piadas racistas, comentário homofóbico e ofensas a superiores hierárquicos. Para o magistrado, a gravidade da conduta configurou falta grave e dispensou a aplicação gradativa de penalidades antes da rescisão do contrato.

[Três novos desembargadores são nomeados para TRTs](#)

Migalhas - 08/07/2026

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou, no DOU desta quarta-feira, 8, decretos de nomeação para os TRTs. TRT da 1ª região - Foi promovido, pelo critério de merecimento, André Gustavo Bittencourt Villela, juiz titular da 8ª vara do Trabalho de Niterói/RJ. Ele ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Fernando Antonio Zor-

RADAR TRABALHISTA

zenon da Silva. TRT da 5ª região - Pelo Quinto Constitucional da advocacia, Marcos Flávio Rhem da Silva foi nomeado desembargador, em vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Alcino Barbosa de Felizola Soares. TRT da 17ª região - Também por merecimento, foi promovido ao cargo de desembargador Luís Cláudio dos Santos Branco, juiz titular da 10ª vara do Trabalho de Vitória/ES, em vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora Claudia Cardoso de Sousa.

[OAB/RJ articula apoio à criação de novas varas do Trabalho no Rio](#)

Migalhas - 07/07/2026

A presidente da OAB/RJ - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro, Ana Tereza Basilio, e o presidente do TRT-1, desembargador Roque Lucarelli, se reuniram com o deputado Federal Lindbergh Farias (PT-RJ), na tarde de segunda-feira, 6/7, para dar continuidade às articulações visando a aprovação do PL 1.400/15, que tramita no Congresso Nacional. A proposta prevê a criação de novas unidades da Justiça do Trabalho no Estado.

[“Vontade de socar”: Bancário será indenizado em R\\$ 30 mil por ameaças de chefe](#)

Migalhas - 07/07/2026

A 9ª turma do TRT da 2ª região manteve a condenação de instituição financeira ao pagamento de indenização por danos morais de R\$ 30 mil a bancário vítima de assédio moral. O colegiado concluiu que ofensas verbais, palavras de baixo calão e ameaças de agressão física dirigidas pela ex-gestora extrapolaram o poder diretivo e violaram a dignidade do trabalhador.

[“Não quero machuda nem viado”: TRT-11 mantém justa causa por discriminação a colegas](#)

Migalhas - 06/07/2026

A 1ª turma do TRT da 11ª região manteve a demissão por justa causa de um ex-funcionário da Michelin, em Manaus/AM, acusado de fazer comentários homofóbicos, transfóbicos

RADAR TRABALHISTA

e de intolerância religiosa contra colegas, além de ameaçá-los de morte no ambiente de trabalho. O colegiado, por unanimidade, confirmou sentença do juiz do Trabalho Igo Zany Nunes Corrêa, da 9ª vara do Trabalho de Manaus, que reconheceu a gravidade das condutas e rejeitou o pedido de indenização por danos morais formulado pelo trabalhador.

[Chamado de 'inimigo dos trabalhadores', Alcolumbre diz que não irá tolerar intimidação](#)

Jota - 07/07/2026

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), rebateu as declarações do líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), que ameaçou chamar o senador de “inimigo dos trabalhadores” se ele não pautar a PEC 221/2019, que prevê o fim da escala 6x1. “A presidência do Senado esclarece que esse tipo de ameaça e tentativa de intimidação não será mais tolerado. A definição da pauta e da tramitação das matérias é prerrogativa constitucional da presidência e não se submete a ultimatoss ou pressões político-eleitorais”, afirmou Davi Alcolumbre.

[Juiz mantém justa causa de ex-funcionário negro da Coco Bambu que ofendeu colega de forma racista](#)

Jota - 06/07/2026

Um ex-funcionário da rede de restaurantes Coco Bambu, em Santo André (SP), que se autodeclara afrodescendente, teve a demissão por justa causa mantida após fazer diversos comentários considerados racistas sobre o cabelo de uma recepcionista. A decisão é do juiz Diego Petacci, da 3ª Vara do Trabalho de Santo André (SP).

[O impacto real do assédio eleitoral diante da nova NR-1](#)

Revista Proteção - 10/07/2026

RADAR TRABALHISTA

Em meio a um dos cenários políticos mais polarizados dos últimos tempos, as empresas brasileiras ganham um novo marco de atenção. A recente atualização da NR-1 trouxe os fatores de risco psicossociais definitivamente para o centro da segurança do trabalho, integrando-os ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Na prática, isso significa que a dimensão psicológica e emocional agora faz parte oficial da saúde do trabalhador — e o assédio eleitoral entra diretamente nessa conta.

[TST afasta adicional de periculosidade pelo armazenamento de inflamáveis](#)

Revista Proteção - 10/07/2026

A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que o adicional de periculosidade por inflamáveis não decorre apenas da proximidade física do depósito. Para a sua configuração é necessário que o armazenamento de líquidos inflamáveis esteja situado na mesma área interna da construção vertical em que o empregado exerce suas atividades. Logo, se os tanques estão localizados no exterior da projeção vertical do prédio, não se caracteriza a área de risco para fins da OJ nº 385 da SBDI-12.

[EPIs evitam queda de trabalhador que ficou suspenso a 20 metros de altura em obra em SC](#)

Revista Proteção - 08/07/2026

Um trabalhador de 25 anos foi resgatado pelo Corpo de Bombeiros Militar após ficar preso em uma plataforma suspensa durante uma obra na tarde de terça-feira, 07 de julho, em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina. Segundo os bombeiros, o homem realizava o reboco da edificação, a cerca de 20 metros de altura, quando o sistema de freio do lado esquerdo da plataforma suspensa, conhecida como “jaú”, se desprendeu. Com a falha, a estrutura ficou inclinada, impedindo que o trabalhador descesse em segurança.

[A presença feminina na prevenção de riscos](#)

RADAR TRABALHISTA

Revista Proteção - 08/07/2026

A área de Segurança do Trabalho tem passado por importantes transformações nas últimas décadas. Entre elas, destaca-se o crescimento da participação feminina em um campo profissional que, por muitos anos, foi ocupado majoritariamente por homens. Hoje é cada vez mais comum encontrar mulheres atuando como técnicas e engenheiras de segurança do trabalho em obras da construção civil, indústrias, hospitais, instituições de ensino e diversas organizações públicas e privadas.

[Cumprir exigências em SST ainda é um grande desafio para pequenas indústrias](#)

Revista Proteção - 08/07/2026

Cumprir as exigências legais de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) continua sendo um dos maiores desafios das micro e pequenas indústrias brasileiras. Embora representem a maior parte do parque empresarial do país, essas organizações normalmente operam com equipes enxutas, recursos financeiros limitados e pouca estrutura técnica para atender às obrigações previstas nas Normas Regulamentadoras. O resultado é conhecido por profissionais da área: muitas empresas acabam tratando programas como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) apenas como documentos necessários para atender à legislação, quando, na prática, el

[CBIC defende preservação dos recursos do FGTS para habitação, saneamento e mobilidade urbana](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 10/07/2026

O PL 2465/2026, aprovado nesta semana na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal, restabelece o prazo de vigência da aplicação de recursos do FGTS em operações da área da Saúde até 2030. Habitação e saúde são direitos fundamentais dos brasileiros. No entanto, apenas a saúde conta com obrigação orçamentária nos três ní-

RADAR TRABALHISTA

veis de governo, o que não ocorre com a habitação. Além disso, a área da saúde dispõe de recursos provenientes de emendas parlamentares e de linhas de financiamento junto aos bancos públicos.

[Capacitação no canteiro: programa da CBIC e SENAI já formou mais de 450 trabalhadores](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/07/2026

Levar a qualificação profissional para dentro dos canteiros de obras tem sido uma das estratégias da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para enfrentar a escassez de mão de obra no setor. Desenvolvido em parceria com o SENAI, o Plano Nacional de Capacitação da Construção Civil no Canteiro de Obras (PNCCC) oferece cursos gratuitos e certificados no próprio local de trabalho, facilitando o acesso à formação e reduzindo barreiras para os trabalhadores.

[Nova NR-10 atualiza regras para gestão dos riscos elétricos e entra em vigor em 2027](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 08/07/2026

As empresas terão um ano para se adaptar às mudanças da nova Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10), que trata da segurança em instalações e serviços em eletricidade. Publicada pela Portaria MTE nº 737/2026. A atualização entra em vigor em junho de 2027 e reforça a adoção de uma gestão preventiva dos riscos elétricos, alinhada ao modelo de gerenciamento já incorporado por outras normas regulamentadoras, como a NR-1 e a NR-18.

[Seconci-Rio registra mais de 20 mil atendimentos no primeiro semestre de 2026](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 06/07/2026

O Seconci-Rio ultrapassou a marca de 20 mil atendimentos realizados entre janeiro e junho, somando todos os serviços assistenciais oferecidos na sede. O resultado deixa

RADAR TRABALHISTA

clara a importância desse trabalho e reforça a confiança de trabalhadores e empresas na qualidade dos serviços prestados.

[SESI e SENAI lançam cartilhas para conscientizar sobre os riscos das Bets](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 06/07/2026

Com foco na prevenção e na promoção da saúde financeira e emocional, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) lançam duas cartilhas educativas sobre os riscos das apostas online, conhecidas como Bets, para estudantes e trabalhadores da indústria. As publicações apresentam, em linguagem acessível, informações sobre o funcionamento das apostas digitais e os impactos na saúde mental, nas finanças, nas relações familiares e no desempenho escolar e profissional. O material também aborda temas como educação financeira, tomada de decisões conscientes e a importância de buscar apoio diante de sinais de perda de controle.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[EDITAL DE NOTIFICAÇÃO](#) (DOU de 06/07/2026 Seção III Pág. 115) - Notifica as entidades sindicais abaixo relacionadas cujos mandatos de diretoria encontravam-se vencidos há mais de oito anos em 30 de junho de 2026, conforme informações constantes do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), para que regularizem o mandato de suas diretorias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data desta publicação. Para esse fim, dentro do referido prazo, deverá ser transmitido o requerimento eletrônico por meio do sistema CNES e encaminhada a documentação pertinente, por meio do sistema SEI/MTE, à Seção de Relações do Trabalho da unidade federativa em que se localiza a sede da entidade, observadas, ainda, as disposições previstas no art. 42 da mencionada Portaria, sob pena de cancelamento do registro sindical;

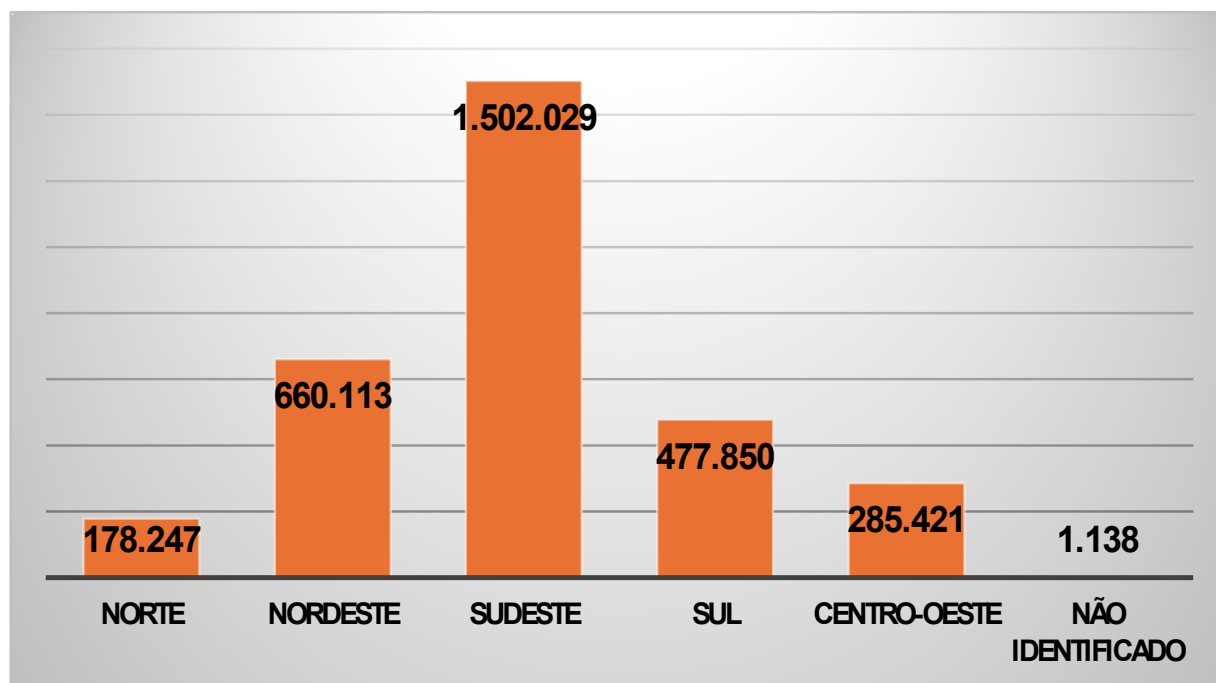
[CIRCULAR Nº 1.115, DE 29 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 08/07/2026 Seção I Pág. 123) - Divulga versão atualizada do Manual de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[LEI Nº 15.462, DE 8 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 09/07/2026 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do Novo Caged/MTE

Estoque de trabalhadores formais na Indústria da Construção por região (maio/26):



Fonte: Novo Caged/MTE

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico